

Ainda sem programa antiinflacionário

30 NOV 1993

ADROALDO MOURA DA SILVA

Afinal, temos o FHC2 anunciado. Adicional de 5% em todos os impostos federais; retenção de 15% das transferências constitucionais para Estados e municípios com o propósito de financiar um novo Fundo Social sob a tutela do presidente Itamar; promessa de corte de despesas (efetivas ou aquelas antes planejadas?) da ordem de US\$ 22 bilhões; e, por último, novo indexador com base na inflação corrente, talvez atrelado à cotação diária do dólar no mercado de divisas.

Será isso um programa antiinflacionário? Não, não é. De tudo, a coisa duradoura é o indexador diário. Simplifica a gestão da coisa inflacionária. Abre espaço para se acabar com o efeito da inflação passada nos contratos presentes e futuros e, mais importante que tudo, é de adesão voluntária. Infelizmente, não se aplica desde logo ao mercado de trabalho e de locação. De qualquer modo, é um enorme avanço e aponta na direção do programa defendido por André Lara Resende.

Na área fiscal, temos o de sempre: aumento de imposto já e mera promessa de austeridade futura, nunca cumprida. A coisa é até ridícula. Tenta-se transformar uma peça fantasiosa, a orçamentária, num instrumento de ação política consequente. Nem o cego Aderaldo, herdeiro da velhinha de Taubaté, entra, mais nessa. Até para não mencionar a ineficácia administrativa do governo, há dezenas de decisões judiciais pendentes que podem comprometer definitivamente qualquer estimativa de déficit público para 1994, a exemplo de ações contra o IPMF e o Cofins. Como, então, dar substância à expressão austeridade fiscal?

Esta coisa fiscal é muito difi-



NÃO BASTA COMBATER SOMENTE O DÉFICIT DE CAIXA DE HOJE E TALVEZ O DE AMANHÃ PARA ACABAR COM A INFLAÇÃO

cil. Até as formigas hoje sabem que não se pode obter estabilidade de preços e salários com déficit público fora de controle. Infelizmente, poucos sabem que não basta combater somente o déficit de caixa de hoje e talvez o de amanhã para acabar com a inflação. Nem simplesmente cortar gastos. Tudo isto pode representar uma dupla crueldade com a população: primeiro, destrói a infra-estrutura econômica e social, e assim reduz o volume e a qualidade dos serviços que o setor público presta à população; e, segundo, transfere renda do setor privado, particularmente dos miseráveis que não têm como se defender da inflação, para o governo, através do criminoso mecanismo de novas emissões de moeda.

É preciso muito mais: o combate à inflação exige a criação de um novo regime fiscal constituído de regras e instituições tais

que terminem por colocar um basta à expectativa de inadimplência do Tesouro Nacional e à insidiosa e brutal emissão monetária como instrumento de financiamento da ação pública. Não é, pois, coisa episódica.

Esta história de se tentar botar a casa em ordem sem nenhum fato político novo, coerente e de efeito duradouro, é inócua. É preciso inaugurar um ciclo político virtuoso a fim de que se possa efetivamente buscar a estabilidade de forma inequívoca.

Como fazer isto?

Para ser levado a sério, o governo precisa, primeiro, cumprir através de ato público, legal e até constitucional, um rito de autotutela: prometer não mais bulir na emissão monetária, e assim acabar com o insidioso e antidemocrático imposto inflacionário. Para tanto, basta implantar um regime monetário no

qual o estoque de moeda emitido pela autoridade (a chamada base monetária) fique lastreado em moeda estrangeira. Coisa parecida com a feita na Argentina. Isto estanca quase por completo a inflação e cria assim a chamada credibilidade política requerida para produzir um regime fiscal que garanta a estabilidade.

Qual a garantia de que seremos capazes, neste governo, de cumprir esta segunda e difícil fase? Infelizmente, não há nenhuma garantia de acerto. Pouco vale tampouco afirmar que devemos então esperar os resultados da eleição do próximo ano para agir. Isto seria um ato político de extrema loucura. Em verdade, uma eleição neste clima inflacionário pode produzir resultados incendiários. Em suma, colocar a casa em ordem não é pressuposto para o combate à inflação. Muito pelo contrário, será impossível chegar à boa ordem fiscal se não se criar um ciclo político virtuoso gerado pela estabilização de preços e salários, através de um novo padrão monetário a la Argentina. Ao renunciarem com solenidade ao controle dos mecanismos de criação de moeda, tanto o ministro da Fazenda quanto o presidente da República ganham condições éticas e políticas para falar de austeridade, controlar o próprio governo e assim comandar o processo de implantação de um novo regime fiscal. E podem, deste modo, até mudar para melhor os rumos esperados do processo eleitoral.

O AUTOR

Adroaldo Moura da
Silva é professor
titular da FEA-USP

